

LUTA DOS MOVIMENTOS SINDICAIS E SOCIAIS

11 DE NOVEMBRO/2016: DIA DE PARALISAÇÃO NACIONAL

Diante de uma situação que aponta para dificuldades futuras desta e das próximas gerações, servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada, organizações dos movimentos sindicais trabalhistas e sociais articulam em todo o Brasil na mobilização contra a retomada da política neoliberal do “estado mínimo”, que ataca a valorização do trabalho enquanto fator de produção de bens e serviços, prejudicando as-

sim a distribuição de renda para favorecer aos rentistas e especuladores nacionais e internacionais, conforme atesta o PL 4567, que relativiza o regime de partilha da Petrobras e entrega a exploração das riquezas do pré-sal ao capital externo. Aqui, a tudo isso se soma a luta contra os calotes de Rollemberg aplicados contra os servidores públicos locais.

Vejam a seguir, as principais razões dessas lutas:



O GOLPE NOS DIREITOS TRABALHISTAS E SOCIAIS E A PROTEÇÃO À CLASSE RICA

Recuperando a velha receita do Fundo Monetário Internacional – FMI, governo golpista retoma a política econômica de arrocho salarial e corte de investimentos sociais.

Fica cada vez mais evidente, para os trabalhadores e para a sociedade em geral, que os projetos do Governo Michel Temer (PMDB) - refém de uma maioria congressista sintonizada com os interesses da elite econômica nacional -, ao mesmo tempo em que se revelam claramente protetores do grande capital rural e urbano, especulativo ou não, mostram-se visivelmente agressivos em relação aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, tanto do setor público quanto do setor privado.

Diante dessa situação, cresce em todo o país a luta pela preservação dos direitos dos trabalhadores e dos investimentos sociais, como forma de valorização do trabalho enquanto fator de produção de bens e serviços, distribuição de renda, fortalecimento do comércio e da geração de empregos.



ATAQUE AO VÍNCULO EMPREGATÍCIO - TERCEIRIZAÇÃO SEM LIMITE

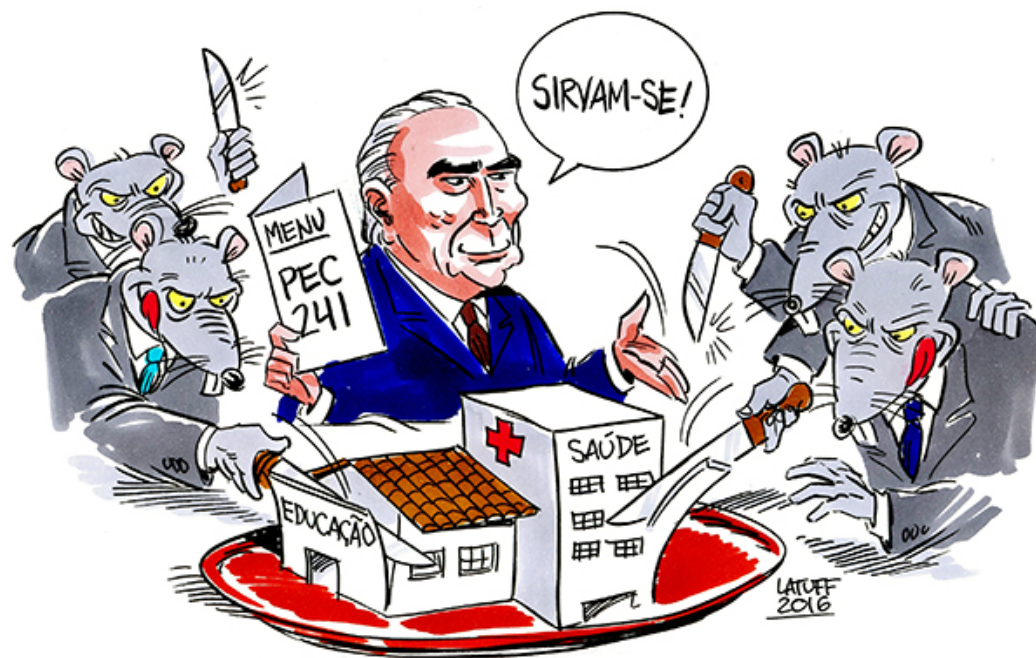
Toda a efervescência política comandada pelo ex-Deputado Federal Eduardo Cunha (PMDB), que se valeu da traição política de Michel Temer (PMDB) à chapa vitoriosa nas eleições presidenciais de 2014, e que contou com o apoio dos defensores do projeto derrotada nas urnas sob a liderança do PSDB, agora se mostra claramente a que veio. Os defensores dos interesses do grande empresariado urbano e rural querem diminuir a valores mínimos a remuneração do trabalho, numa espécie de escravização moderna, com base em fundamentos retrógrados.

As duas principais medidas que atacam os direitos referentes ao vínculo empregatício são: o PLC 030/2015, que tem entre os seus propósitos a terceirização sem limites da atividade fim, que tende a substituir pessoa física por pessoa jurídica nas relações de trabalho, e o PL 4.193/2012, que prevê a prevalência do negociado sobre o legislado. Ambos os projetos podem retirar dos trabalhadores direitos como: 13º salário, FGTS, férias remuneradas, descanso remunerado nos finais de semana, licença-maternidade, entre muitos outros. A dissimulada intenção é o barateamento do trabalho e, por consequência, o aumento da margem de lucro.



A DIMINUIÇÃO DE INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E EM OUTRAS ÁREAS SOCIAIS

Em sintonia com a política neoliberal do “estado mínimo”, a Proposta de Emenda Constitucional nº 241 – PEC 241, que estabelece um novo regime fiscal no país, tem por objetivo o congelamento dos investimentos em educação, saúde e seguridade social por 20 anos, além de outras despesas primárias, com duros ataques aos trabalhadores no setor público. Como ocorreu em momentos de ruptura democrática no país, isso é o fim da vinculação de recursos à educação e à saúde nos moldes previstos originalmente na Constituição Federal de 1988. De antemão, o Sistema Único de Saúde – SUS e o Plano Nacional de Educação – PNE e seus similares nos Estados e Municípios serão duramente afetados, o que limitará a promoção da qualificação e da valorização dos trabalhadores no setor público.



A PROTEÇÃO AOS RENTISTAS E AO GRANDE CAPITAL

Já com relação à classe rica, à elite econômica urbana e rural - principais responsáveis pela parte gorda da corrupção e pela vultosa e histórica sonegação fiscal desde sempre - o comportamento do governo é claramente protecionista. Uma clara demonstração disso é que nenhum dos projetos defendidos pelo Governo Temer e que tramitam com intencional celeridade na Câmara dos Deputados dizem respeito às centenas de bilhões de reais anuais pagos a banqueiros e rentistas em geral a título de juros da dívida pública, que se refere a contratos e títulos públicos.

Do mesmo modo, nessas medidas não há uma linha sequer a respeito da ineficiência do Estado Brasileiro na cobrança da dívida ativa da União gerada principalmente pelo grande empresariado por meio da sonegação de tributos, cujo montante gira em torno de um trilhão e meio de reais, valor este capaz de por fim a toda a dívida pública nacional. A cobrança administrativa da dívida ativa da União em debate na Câmara dos Deputados, que poderia dar mais eficiência e celeridade à recuperação de receitas tributárias em poder do empresariado, por contrariar os interesses do grande capital, simplesmente não anda. Por razões mais que óbvias, a grande mídia silencia-se em relação ao enorme prejuízo social que esse passivo tributário proporciona.

Muito menos se vê nessas medidas qualquer proposta consistente de combate à histórica má gestão técnica, contábil, orçamentária e financeira dos recursos públicos por parte dos entes federados que, em conluio com o grande empresariado, sempre foi e continua a ser a verdadeira e principal razão da corrupção endêmica que colocou o país em estado de subdesenvolvimento ao longo dos séculos.

ENQUANTO ISSO NO
AÇOGUE DOS DIREITOS...



O imposto sobre Grandes Fortunas previsto na Constituição Federal, graças à força política da elite econômica no Congresso Nacional, jamais foi regulamentado, permanecendo isenções tributárias extremamente concessivas aos ricos.

O GOVERNO ROLLEMBERG E OS CALOTES NOS SERVIDORES PÚBLICOS

Seguindo na mesma toada de Michel Temer, o governador Rollemberg já anunciou o segundo calote aplicado nos servidores públicos do Distrito Federal.

O primeiro calote se deu quando o governador negou-se a implantar a terceira fase de reestruturação da Carreira Assistência à Educação prevista para 1º de setembro de 2015, não reajustou o auxílio-alimentação conforme manda a Lei e nem pagou no prazo legal as conversões de licenças-prêmio em pecúnia quando da aposentadoria do servidor que não usufruiu desse benefício na atividade.

O segundo calote ocorreu neste mês de outubro de 2016, quando o governador deixou de cumprir seu compromisso firmado por ocasião da greve da categoria no ano anterior. Naquele momento o governador assinou um documento comprometendo-se a iniciar esses pagamentos neste ano de 2016 e a pagar os valores retroativos em 2017, negando-se agora a fazê-lo.



EXPEDIENTE: SAE-DF – Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal
site: www.saedf.org.br

Diretoria Colegiada - Secretária de Imprensa: Ediram José Oliveira Silva - Jornalista: Walkiria Simões

Fotos: Félix Pereira - Avaliação e Revisão: Conselho Editorial

Sede e subsedes do SAE-DF: **Plano Piloto:** SDS Ed. Venâncio IV Bloco Q Loja 74 (Conic) - Fones: (61) 3223-8575 / 3224-6000 / 3223-0075 / 3322-6173
Fax: (61) 3226-2526 - DDG: 0800 619797 - Email: imprensa@saedf.org.br - **Gama:** AE 20/21 Ed. Alternativo Center Sala 163 Setor Central - Fones: (61) 3384-5164 Email: gama@saedf.org.br - Celular: (61) 8625-9159 - **Planaltina:** SHD lote 01 Bloco L Loja 05 (Setor Central) - Fones: (61) 3389-2938 Email: planaltina@saedf.org.br - Celular: (61) 8625-9158 - **Taguatinga:** C12 Bloco G Área Especial nº01 Ed. Paranoá Center Salas 104 e 105 (Tag. Centro) Fones: (61) 3352-1585 - Fax: (61) 3561-0559 - Email: taguatinga@saedf.org.br - Celular: (61) 8625-9160 / 8521-4575